

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.755.805 - SP (2018/0184141-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : NEUSA MARIA CAMARGO
ADVOGADO : ERICK MORGADO DE MOURA - SP257628
RECORRIDO : MARIA APARECIDA RODRIGUES PEREIRA DE OLIVEIRA
RECORRIDO : JOSE RODRIGUES PEREIRA - ESPÓLIO
RECORRIDO : DAVIMIR RODRIGUES PEREIRA
RECORRIDO : TEREZINHA PEREIRA BOMBO
RECORRIDO : MARIA LUIZA RODRIGUES PEREIRA DE CASTRO
RECORRIDO : LAZARA RITA RODRIGUES COLETTI
RECORRIDO : MARCOS RODRIGUES PEREIRA
RECORRIDO : MARIA ANGELICA PEREIRA
ADVOGADO : GILSON AMAURI GALESI E OUTRO(S) - SP163814

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVENTÁRIO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. INTERRUPTÃO DO PRAZO. INOCORRÊNCIA.

1. É intempestivo o recurso especial interposto fora do prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis a contar da publicação do acórdão proferido pelo Tribunal de origem em sede de agravo de instrumento (recurso interposto sob a égide do CPC/15).
2. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por NEUSA MARIA CAMARGO fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 14/09/2017.

Concluso ao gabinete em: 03/10/2018.

Ação: de inventário dos bens deixados por JOSÉ CARLOS RODRIGUES PEREIRA, na qual o recorrido JOSÉ RODRIGUES PEREIRA apresentou petição apontando como herdeiros, a par da companheira supérstite NEUSA MARIA CAMARGO, ora recorrente, os sete irmãos do falecido, um dos quais ele próprio.

Decisão: acolheu a impugnação apresentada para indeferir a inclusão dos irmãos do falecido dentre os herdeiros; destituir JOSÉ RODRIGUES PEREIRA da inventariança, nomear em substituição NEUSA

Superior Tribunal de Justiça

MARIA CAMARGO e determinar à inventariante a apresentação das primeiras declarações.

Acórdão: deu provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pelos recorridos, nos termos assim ementados:

ARROLAMENTO UNIÃO ESTÁVEL - Declaração de inconstitucionalidade do artigo 1.790, III, do CC Adjudicação total da herança a favor da companheira Aplicação ao companheiro sobrevivente das mesmas regras de sucessão aplicáveis ao cônjuge herdeiro (art. 1.829 do CC), em prejuízo dos herdeiros colaterais Alegação, por parte dos herdeiros colaterais de 1º grau, de aplicabilidade do regime próprio da sucessão da união estável (art. 1.790, III, do CC) Confirmação da existência da união estável Inexistência de renúncia expressa dos herdeiros Constitucionalidade do dispositivo Compatibilidade com a norma do art. 226, § 3º, da CF Companheiro que concorre com outros parentes sucessíveis, tem direito a apenas 1/3 da herança, relativamente aos bens adquiridos onerosamente durante a união estável, reservada sua meação Decisão reformada, reconduzido o agravante José Rodrigues Pereira à inventariança.

Agravo provido.

Petição: apresentada pela recorrente e nomeada de *"incidente de uniformização de jurisprudência e julgamento"* (e-STJ fls. 303/312), requereu a adoção do procedimento disposto no art. 942, § 3º, II, do CPC/15, uma vez que o julgamento foi concluído por maioria de votos.

Despacho: proferido pelo Desembargador Relator, determinou o esclarecimento por parte da recorrente acerca de sua petição, se tratava-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência aduzido com base nas regras do Código de Processo Civil de 2015 ou Embargos Infringentes, interpostos com fundamento no Código de Processo Civil de 1973.

Petição: a recorrente, em e-STJ fl. 315, esclareceu que pretendia a realização do incidente de uniformização de jurisprudência, disposto no art. 942 do CPC/15.

Despacho: indeferiu o requerimento da recorrente de acordo com os seguintes fundamentos: *"Em que pese a decisão tenha sido disponibilizada apenas mais recentemente (15 de setembro de 2016 fls. 303), fato é que o*

Superior Tribunal de Justiça

juízo em questão realizou-se em 10 de fevereiro de 2015 (fls. 294), data esta última na qual não estava em vigor o atual Código de Processo Civil, este que passou a incidir sobre todos os processos em andamento a contar de 18 de março de 2016" (e-STJ fl. 316).

Embargos de declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 942 e 1.046 do CPC/15. Defende que o referido dispositivo permite a realização de novo julgamento, com acréscimo de novos julgadores, no caso de acórdão proferido por maioria de votos.

Sustenta que o argumento da Corte de origem de que o julgamento do recurso de agravo de instrumento ocorreu quando ainda vigente o CPC/73 não encontra amparo jurídico. Isso porque, o parâmetro a ser aplicado é a data da publicação do acórdão, entendida esta como o momento em que o documento é entregue em cartório ou é anunciado (tornado público) o resultado.

Ainda, alega que, de acordo com o art. 1.046 do CPC/16, a nova legislação processual deve ser aplicada desde logo aos processos pendentes.

Assim, apesar do julgamento ter sido realizado quando vigente o CPC/73, o acórdão foi publicado na vigência do novo CPC/15. Portanto, cabível o cumprimento da regra enunciada no art. 942 do CPC/15.

Parecer do MPF: da lavra do I. Subprocurador-Geral ANTONIO CARLOS MARTINS SOARES, opina pelo provimento do recurso especial.

Despacho: determinou que a recorrente esclarecesse o motivo pelo qual foram opostos embargos de declaração, na data de 11/07/2017, em face de julgamento de agravo de instrumento realizado em 10/02/2015 e publicado em 15/09/2016.

Petição: a recorrente esclareceu que *"os Embargos de Declaração mencionado por Vossa Excelência são os mesmos opostos do v. acórdão recorrido, consoante os mesmos (Embargos de Declaração) foram*

conhecidos, porém, negado provimento" (e-STJ fl. 432).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da intempestividade:

Como relatado acima, o TJ/SP deu provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pelos recorridos, em acórdão publicado na data de 16/09/2016.

No entanto, a recorrente opôs seus embargos de declaração apenas em 11/07/2017, ou seja, fora do prazo de 5 (cinco) dias úteis de acordo com o art. 1.023 do CPC/15.

Consequentemente, o recurso especial interposto em 14/09/2017, também é intempestivo, pois apresentado fora do prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis a contar da publicação do acórdão proferido pelo Tribunal de origem em sede de agravo de instrumento.

Isso porque, apesar da apresentação das petições apresentadas pela recorrente de e-STJ fls. 303/312 e 315, fato é que tais peças não interrompem o prazo para interposição do recurso especial.

A jurisprudência do STJ é clara no sentido de que apenas os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos.

Na mesma linha: REsp 1.522.347/ES, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/09/2015, DJe de 16/12/2015; REsp 1.661.931/SP, Segunda Turma, DJe de 2.6.2017 e AgInt nos EDcl no REsp 1.457.036/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe de 27/03/2019.

Ainda, os embargos de declaração opostos intempestivamente também não têm o condão de interromper o prazo recursal.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1445671/MG, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 28/08/2019 e AgInt nos EDcl no AREsp 1434054/SP, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 02/09/2019.

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, diante da intempestividade do recurso especial este não merece ser conhecido.

Forte nessas razões, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso especial.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora